

LÉLIA GONZALEZ: RACISMO E SEXISMO À BRASILEIRA

Jéssica Vitória Gaspar Freitas¹

Jaqueline Aparecida Martins Zarbato²

RESUMO: O presente estudo tem por finalidade abordar a trajetória de vida e profissional de Lélia Gonzalez, cuja história perpassa desde uma influência no Movimento Negro Unificado no Brasil (1978) até o pioneirismo nos estudos interseccionais. Busca-se analisar os conceitos utilizados pela intelectual para compreender o racismo e o sexismo na sociedade brasileira, como o “mito da democracia racial”, “amefricanidade” e o “racismo por denegação”. E por fim, problematizar a relevância das abordagens de Lélia no âmbito acadêmico. Metodologicamente, a pesquisa se fez pelos escritos bibliográficos de Lélia e outros intelectuais sobre a mesma, a partir de análises acerca de estudos, pesquisas e a utilização das categorias: ativista, intelectual, formação histórica e produção acerca do racismo e sexismo.

Palavras-chaves: Lélia Gonzalez; racismo; sexismo; identidade;

ABSTRACT: The present essay aims to board the life and professional path of Lélia Gonzales, whose history pervades her influence in the United Black Movement in Brazil (1978) until she became pioneer in intersectional studies. This research searches to analyze the concepts used by the intellectual to comprehend racism and sexism in Brazilian society, such as the “myth of racial democracy”, “amefricanidade” and the “racism by denial”. Also, the final objective is to problematize the relevance of Lelia’s approaches in the academic sphere. Methodologically, the research was made from Lelia’s original writings and from other intellectuals’ essays about her - from analytics about her studies, researches and the use of categories such as activist, intellectual, historical shaping and productions on racism and sexism.

Key-words: Lélia Gonzalez; racism; sexism; identity;

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como problemática os impactos das concepções de Lélia Gonzalez nas discussões sobre racismo e sexismo no Brasil. Para isso, é necessário compreender a trajetória intelectual e ativista de Lélia, abordar os conceitos históricos utilizados pela mesma e verificar a maneira que suas premissas são apropriadas por outros(as) autores(as).

A pesquisa tem como preocupação as concepções que circulam as abordagens bibliográficas de Lélia - bem como seus estudos, pesquisas, conceitos elaborados pela própria e problematização, a partir do campo analítico de sua história de vida, em que: “é necessariamente histórico (a temporalidade contida no relato individual remete ao tempo histórico), dinâmico (apreende as estruturas de relações sociais e os processos de mudança) e

¹ Graduanda do curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

² Doutora professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, aborda a temática Diversidade cultural e educação; museus e educação; espaços de memória e educação; livros didáticos e educação; história e cultura africana e afro brasileira; Gênero e formação de professores/as.

³ Sistema de segregação racial instaurado na África do Sul (1948) responsável por estabelecer a supremacia branca em detrimento da inexistência de direitos aos negros e demais minorias étnicas.

dialético (teoria e prática são constantemente colocados em confronto durante a investigação)” (Brioschi, 1987 p. 39).

A fundamentação em dialogar sobre a história de vida de Lélia Gonzalez e sobre as pesquisas sobre ela se deve, sobretudo, pela importância enquanto ativista e pesquisadora que enfoca sua abordagem pelo combate ao racismo e sexismo. Nesse sentido, pontua-se como problemática: De que forma as abordagens de Lélia Gonzalez apresentam a superação do racismo e sexismo em seus estudos e como são utilizadas por outros(as) autores(as)?

O Brasil foi historicamente construído a partir da violência e exploração de negros escravizados, sequestrados do outro lado do Atlântico. Diferentemente dos países que adotaram o sistema *apartheid*³, os países da América Latina foram constituídos historicamente por uma estrutura que classificava os indivíduos a partir da respectiva raça e gênero (Da Matta, 1984).

Nos escritos de Lélia Gonzalez em “Racismo e Sexismo na cultura brasileira (1983)”, a autora destaca que o mito da democracia racial exerce uma violência simbólica acerca da imagem da mulher negra, uma vez que durante o carnaval passa a ser exacerbadamente endeusada, objetificando seu corpo, para posteriormente retornar a sua função estereotipada de empregada doméstica (Gonzalez, 1983).

Partindo de uma abordagem interseccional, ou seja, considerando as diferentes opressões que permeiam a vida das mulheres negras (como raça, gênero e classe), este estudo se baseia na contribuição de Lélia para a discussão da vivência das mulheres negras no Brasil. Dessa forma, é preciso analisar o entrelaçamento de opressões das quais atingem desde suas relações sociais até a forma que essas mulheres se inserem no mercado de trabalho (Collins, 2019).

Apesar das mulheres negras estarem à margem de uma sociedade permeada por discursos predominantemente racistas e sexistas, ela é o sustentáculo do sistema capitalista.

“[...] a mulher negra anônima sustentáculo econômico, afetivo e moral de sua família [...], apesar da pobreza, da solidão quanto a um companheiro, da aparente submissão, é ela a portadora da chama da libertação, justamente porque não tem nada a perder” (Gonzalez, 2020, p. 64).

Para analisar como se deram as abordagens de Lélia sobre as questões raciais e sexuais, a pesquisa é fundamentada nas produções acadêmicas da autora de 1979 a 1995. Esses textos estão presentes no livro “Por um Feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos” (2020), organizado por Flávia Rios e Márcia Lima e publicado para organizar os trabalhos de Lélia Gonzalez - textos acadêmicos, periódicos e entrevistas - bem como propagar suas concepções com maior acessibilidade à sociedade.

Ademais, este trabalho analisa a identidade de Lélia diante da academia, visto que, curiosamente, suas contribuições inovadoras à época são timidamente levadas em consideração, ainda que suas perspectivas sejam essenciais para se compreender a tríplice discriminação em questão (Gonzalez, 1982).

Para a pesquisa de autores que utilizam a Lélia em suas pesquisas, este estudo utiliza artigos, dissertações e teses presentes na base de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). O parâmetro utilizado à pesquisa estrutura-se mediante o próprio nome de Lélia, seus estudos sobre racismo e sexismo, bem como os discursos sobre ela e suas múltiplas identidades (intelectual, ativista e mulher negra).

Em especial, busca-se pela análise de Raquel Barreto em “Enegrecendo o feminismo ou feminizando a Raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez (2005)”, por realizar uma pesquisa pioneira acerca da identidade de Lélia, levantar analogias e diferenças entre os estudos interseccionais brasileiros e norte-americanos - ao abordar similarmente a identidade de Angela Davis. Ademais, destaca-se também a pesquisa de Flávia Rios em “Lélia Gonzalez: uma teórica crítica do social”, a fim da compreensão da tríade de exploração, bem como das críticas ao capitalismo realizadas por Lélia.

Por fim, a pesquisa tem como justificativa problematizar as questões raciais, sexuais e de classes, de forma a entender a maneira que esses elementos impactam na experiência das mulheres negras. Por conseguinte, é possível analisar a sociedade brasileira e os mecanismos adotados responsáveis por manter a marginalização, não somente de mulheres negras, como também o restante da população negra e dos indígenas (Gonzalez, 1988).

1. A VOZ DE LÉLIA



Gonzalez em Dacar (Senegal), em 1979 (Arquivo pessoal).

Falar de Lélia é falar de movimento. Ela nasceu em Belo Horizonte (MG), em uma família grande composta por ela e outros 18 irmãos. É significativo destacar que a intelectual vivenciou a experiência de muitas meninas negras ao trabalhar de babá. Sua vida acadêmica, em contraste com as demais jovens negras, foi impulsionada por uma família italiana - para qual sua mãe trabalhava - que pagou por seus estudos (Barreto, 2007). Em seguida, ela se mudou junto da família para o Rio de Janeiro, no ano de 1942, devido a oportunidade que seu irmão, Jaime de Almeida, adquiriu em jogar pelo Flamengo. Lélia concluiu bacharel em História, Geografia e licenciatura em Filosofia pela atual UERJ (Gonzalez, 2020).

Sabendo de seu privilégio nos estudos, Lélia Gonzalez nunca deixou de ressaltar a importância da formação acadêmica às pessoas negras. Isso não está ligado somente à questão intelectual - da aquisição de uma consciência racial capaz de compreender o negro nas dinâmicas da sociedade - como também diz muito acerca de uma esperança em conquistar melhora na qualidade de vida (Barreto, 2005).

Além disso, a própria Lélia inicia seu processo de conscientização racial somente após o suicídio de seu primeiro marido Luiz Carlos Gonzalez - com quem casou-se em 1964. Ele possuía uma relação conturbada com a própria família, da qual caracterizava o casamento em questão como concubinação. Apesar da morte de seu companheiro, Lélia optou pela permanência do “Gonzalez” em seu nome. Em seguida, o contato com o candomblé e com a psicanálise impulsiona o desenvolvimento da ativista Lélia: É através desses movimentos que ela reconhece sua negritude e reconstrói sua identidade (Barreto, 2007). Sua habilidade em traduzir textos franceses para a língua portuguesa (responsável por estabelecer uma

proximidade com Lacan) é determinante em sua retórica, visto a boa projeção que suas produções apresentavam à academia.

No período de 1964-1985, a ditadura militar instaurada no Brasil repreendeu e puniu muitos movimentos sociais ditos, em sua maioria, ameaçadores à ordem nacional. Lélia Gonzalez participou ativamente de reuniões clandestinas no Rio de Janeiro, organizadas para discutir o racismo no Brasil. À medida em que sua participação torna-se expressiva, a ativista passa a ser alvo de investigações do DOPS - Departamento de Ordem Política e Social -, ferramenta responsável pela repressão na época.

Temia-se um levante no Brasil, como o movimento dos Panteras Negras nos Estados Unidos (Barreto, 2005). Ainda que não houvesse um embrião semelhante desse movimento em território brasileiro, outros tipos de ações levaram à mobilização da comunidade negra. As festas *soul* e o movimento Black Rio eram locais em que uma ideologia de conscientização racial circulava, provocando uma atenção maior por parte do órgão repressor.

Em 1978, Lélia participou do Ato Inaugural do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. Seu envolvimento com o Movimento Negro Unificado é crucial tanto para o movimento, quanto à própria Lélia. Dois fatores foram responsáveis por criar uma indignação profunda para que a comunidade negra se dispusesse de maneira organizada: o assassinato de Robson da Luz (um homem negro) por policiais e o racismo sofrido por quatro adolescentes negros, ao serem impedidos de jogar volêi. Lélia escreve:

“O MNU se define como um movimento político de reivindicação [...]. Seu objetivo é a mobilização e organização da população negra brasileira em sua luta pela emancipação política, social, econômica e cultural, que tem sido obstada pelo preconceito racial e suas práticas. Ao mesmo tempo, o MNU também se propõe denunciar as diferentes formas de opressão e exploração do povo brasileiro como um todo” (Gonzalez, 2020, p. 119).

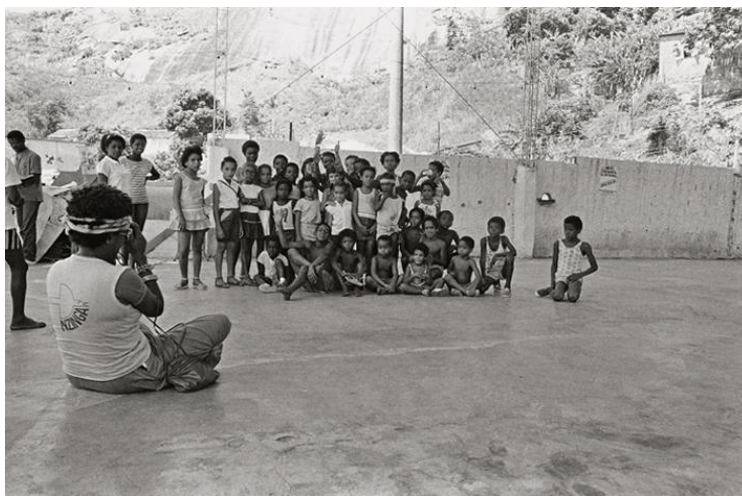
Ao participar de diálogos com o movimento feminista (majoritadamente composto por pessoas brancas), na década de 70, Lélia ficou marcada por ser uma mulher agressiva, característica da qual revela estereótipos racistas enraizados no grupo. O desconforto provocado por Lélia era porque, na época, muito se celebrava as conquistas das mulheres no âmbito econômico, enquanto as questões das mulheres negras e o fato de não serem contempladas por esse avanço, não eram abordadas (Barreto, 2005). Lélia desejava encontrar um espaço em que fosse ouvida, uma espécie de irmandade, contudo, encontrou reflexos do racismo estruturados por um discurso de exclusão (Gonzalez, 1988).

Lélia não foi a única militante negra a vivenciar o racismo dentro do movimento feminista branco, a intelectual norte-americana bell hooks também teceu críticas similares:

“Dentro do movimento feminista no Ocidente, isso tem levado à hipótese de que enfrentar a dominação patriarcal é uma ação feminista mais legítima do que enfrentar o racismo ou outras formas de dominação. Tal pensamento prevalece, apesar das duras críticas feitas por mulheres negras e outras mulheres não brancas que questionam essa premissa” (hooks, 2019, p. 58).

Em contraposição, nas discussões com o MNU, a realidade da mulher negra não era abordada. É por isso que a relação de Lélia com o movimento pode ser compreendida por seus avanços no debate racial, como também por seus momentos de enfrentamento - quando os participantes se negavam a discutir a questão de gênero. O papel de Lélia Gonzalez é fundamental dentro da organização, ao passo em que, por muitas vezes não sentir-se ouvida, ela realizava uma reflexão sobre o sexismo nos discursos de pessoas negras em resposta.

Anos mais tarde, em 1983, o “Coletivo de Mulheres Negras - Nzinga” surgiu da necessidade em atuar como militante das pautas raciais e de gênero juntamente com as associações de moradores do RJ. A criação desse grupo significou um grande avanço na visibilidade dos debates interseccionais, isso porque a realidade das mulheres negras brasileiras alcançou, finalmente, a atenção da comunidade e da imprensa (quando o grupo criou o Informativo Nzinga).



Ação do Nzinga no Morro do Andaraí, Rio de Janeiro, 1988. Foto: Acervo Lélia Gonzalez, Projeto Memória.

Em 1984, Lélia viajou aos Estados Unidos e teve a oportunidade de encontrar outras feministas negras, uma delas foi Angela Davis - professora, filósofa e ativista da causa racial. Seu ativismo ficou mais conhecido na década de 1970, nos Estados Unidos, ao participar do Partido dos Panteras Negras, organização da qual lutava pela igualdade de direitos civis da população negra.



Lélia Gonzalez e Angela Davis nos Estados Unidos

Angela Davis, em viagem ao Brasil em 2019, provocou os brasileiros acerca do complexo de colonizado, uma vez que os pesquisadores estabelecem uma certa superioridade das ideias que são importadas dos Estados Unidos, enquanto desvalorizam pesquisas de pessoas brasileiras. Amostra disso, é a própria Lélia Gonzalez, ao passo em que buscam em Angela Davis o que Lélia já escreveu sobre as mulheres negras no Brasil. Davis argumentou:

“Eu sinto que estou sendo escolhida para representar o feminismo negro. E porque aqui no Brasil vocês precisam buscar referência nos Estados Unidos? Acho que aprendi mais com Lélia Gonzalez do que vocês aprenderão comigo. [...] Vocês não precisam de mim, vocês têm Lélia. Leiam Lélia.” (De Miranda, 2020).

No ano de 1986, Lélia Gonzalez filiou-se ao Partido Democrata Trabalhista (PDT), rompendo seus vínculos com o Partido dos Trabalhadores (PT) - do qual participou da formação. Primeiramente, é preciso entender os embates com o PT para, mais tarde, visualizar os reflexos que a filiação com o PDT provocou em seu trabalho.

A esquerda, durante esse período, tentava construir alianças com os setores progressistas no Brasil com o intuito de promover maior protagonismo às pessoas negras, além de uma efetiva conscientização da população. Tratando-se do PT, especificamente, seus componentes explicavam o racismo unicamente através de questões econômicas - como se a superação do capitalismo também eliminasse o racismo.

No entanto, para Lélia, não seria a mudança de sistema que iria combater efetivamente a discriminação racial (Barreto, 2007). A mesma chegou a se candidatar pelo PT, em 1982, mas não foi eleita. Sua campanha foi baseada na garantia de direitos às mulheres, negros e homossexuais (unidos pela discriminação) que, na maioria das outras campanhas, não eram considerados. Lélia chegou a realizar críticas às esquerdas organizadas da época, que em sua opinião, adotavam um racismo por omissão.

“O famoso discurso da democracia racial desmobiliza, inclusive, as esquerdas, que embarcam num discurso de direita, [...] As esquerdas embarcam no velho discurso da democracia racial brasileira e não atentam para o fato de que a maior parte dos trabalhadores brasileiros é constituída por negros, e não atentam para essa contradição que ,arca as relações de nossa sociedade” (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE – SUPLEMENTO AO N. 62, 1987, p. 122)

O autor e ativista de defesa dos direitos humanos às pessoas negras, Abdias do Nascimento, foi essencial à filiação de Lélia ao PDT. Isso porque as prioridades do partido representavam justamente os grupos da sociedade que lhe interessavam: os trabalhadores, as crianças, a mulher e o negro. Em 1986, foi candidata à deputada estadual, porém ficou como suplente (Barreto, 2007).

O engajamento intelectual e ativista de Lélia Gonzalez culminou em sua participação na discussão da Constituinte em 1987. Ela discursou sobre a questão racial da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, e auxiliou na formulação de propostas que seriam redigidas, posteriormente, pela Assembleia Nacional Constituinte.

“E nesse momento em que aqui estamos, para discutir a questão da Constituinte, [...] não podemos mais construir mentiras que abalem a possibilidade, que são uma grande ameaça à possibilidade da construção da nação brasileira, porque sem o crioulo, sem os negros, não se construirá uma nação neste país! Não adianta continuarmos com essa postura paternalista no sombras, mas que na hora H fecha todas as portas para que o negro, com toda a sua competência histórica, não tenha acesso ao mercado de trabalho, à organização dos partidos políticos. Sempre somos as bases, já perceberam isso? Ou então somos cooptados para representarmos o teatro da democracia racial. Não queremos mais isso” (DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE – SUPLEMENTO AO N. 62, 1987, p. 122)

Se de um lado, enxergavam em Lélia o potencial de ser uma excelente argumentadora da causa racial no Brasil, por outro lado, determinados indivíduos presentes durante esse debate a apelidaram de “neguinha atrevida”, visto sua velocidade em refutar falas ignorantes (racistas) - uma vez posto em evidência o mito da democracia racial na sociedade. É o envolvimento ativo de militantes negros na Constituinte que resultou, por exemplo, na criminalização do racismo (Art. 5º inciso XLVII).

A partir de 1990, as atividades de Lélia são mais voltadas ao âmbito acadêmico, ao passo em que se tornou chefe do Departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio. E, por fim, em respeito a sua religião, Lélia Gonzalez partiu para outro plano no ano de 1994, deixando um legado significativo para o surgimento de estudos interseccionais no Brasil.

2. VOZ DO PASSADO, ECO NO PRESENTE

A fim de compreender os conceitos utilizados por Lélia, é indispensável analisar a historicidade do Brasil, a influência da miscigenação na composição de uma identidade nacional e a dinâmica do colonialismo nas sociedades americanas colonizadas por Portugal e Espanha. Isso porque a memória, por meio da socialização política e histórica, tem impacto direto a respeito da formação da identidade social (Pollak, 1992). Logo, a cultura afro-americana, apesar de surgir no contexto da sociedade escravista, permitiu a formulação de uma nova identidade e sentimento de comunidade diante das opressões vivenciadas pelos indivíduos escravizados (Klein; Vinson; 2015).

O que a América Latina e o Caribe compartilham em comum são os processos históricos dos quais organizam-se respectivamente em, segundo Ana da Silva (2021), colonização, escravidão, dependência econômica, pobreza estrutural e, conseqüentemente, concentração de riqueza. Bem como o mito da democracia racial, permeado nas entranhas da sociedade brasileira, e do ódio da branquitude contra movimentos que levantam questões raciais (Da Silva, 2021).

Lélia explica que, a experiência dos portugueses e espanhóis, ao vivenciarem uma guerra contra os mouros, proporcionou um sólido domínio sobre o modo com que as questões raciais se articulam.

“Herdeiras históricas das ideologias da classificação social (racial e sexual), bem como das técnicas legais e administrativas das metrópoles ibéricas, as sociedades latino-americanas não puderam deixar de se caracterizar como hierárquicas. Estratificadas racialmente, elas apresentam um tipo de contínuo de cor que se manifesta em um verdadeiro arco-íris classificatório (no Brasil, por exemplo, existem mais de cem denominações para designar a cor das pessoas). Nesse contexto, a segregação de mestiços, índios ou negros se torna desnecessária, porque as hierarquias garantem a superioridade dos brancos como grupo dominante” (Gonzalez, 2020, pág. 143).

Dessa forma, é imprescindível falar de Lélia sem abordar o conceito de “amefricanidade”, produto das análises e estudos da intelectual. A amefricanidade está ligada a criação de uma unidade étnica que engloba as experiências de afro-descendentes na América, sendo elas: adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas (Barreto, 2007). Além de promover um resgate histórico em relação a África, a fim de abordar as dinâmicas culturais e recuperar a desagregação forçada pela escravidão (Gomes, 2019). Há de salientar que unidade não significa singularidade, isso porque as pessoas negras obtêm a diáspora como experiência em comum, porém, vivenciam contextos culturais distintos.

Lélia, em “A categoria político-cultural de amefricanidade”, iniciou essa discussão a partir de uma série de críticas ao imperialismo dos Estados Unidos que, além de ser concreto

nos âmbitos econômicos, faz-se também presente no campo ideológico de toda a América (Gonzalez, 1988). Em outras palavras, é preciso compreender que a experiência de negros nos Estados Unidos é completamente distinta da experiência de afro-descendentes no Brasil. Portanto, os estudos raciais não podem ser exportados por si só, mas interpretados e problematizados de acordo com a realidade de cada território.

“Então, por que não abandonar as reproduções de um imperialismo que massacra não só os povos do continente mas de muitas outras partes do mundo e reafirmar a particularidade da nossa experiência na AMÉRICA como um todo, sem nunca perder a consciência da nossa dívida e dos profundos laços que temos com a África?” (GONZALEZ, 2020, pág. 137).

A intelectual entende que até mesmo a linguagem representa a manutenção do poder (Ribeiro, 2019). É por essa razão que a intelectual ironiza o fato da sociedade julgar a maneira pela qual as pessoas negras costumam falar, uma vez que a norma culta não admite a troca do l pelo r. Isso nada mais é que, um reflexo da marca linguística de um idioma africano (Gonzalez, 1984). Quando Lélia fala em América Africana, e reivindica o “pretuguês” para transformar essa denominação em “Améfrica Ladina”, a autora está ressignificando o termo “Ladino” e propondo uma unidade étnica entre descendentes de africanos escravizados que foram sequestrados de seu continente.

“Ladino: nome dado ao africano instruído na língua portuguesa, na religião e no serviço doméstico ou do campo, para distinguir do negro novo, recém-chegado, a que se dava o nome de boçal. [...] é corruptela de latino, equivalente a letrado, culto, inteligente; [...] originalmente em Portugal e na Espanha ao mouro bilingue e portanto inteligente” (Moura, 2004, p. 234).

Em sequência, entende-se o racismo como instrumento de manutenção do sistema de dominação dos brancos sobre os não-brancos. Essa opressão é responsável por formar empecilhos ao avanço científico da humanidade, uma vez que as questões raciais, das quais deveriam ser discutidas, são silenciadas (Gonzalez, 1988). Não obstante, os intelectuais negros são similarmente afetados, ao passo em que suas produções não são valorizadas. E Lélia Gonzalez é a perfeita amostra de que a academia brasileira, composta majoritariamente por pessoas brancas das quais não estavam interessadas em combater o racismo, costumava abafar o debate racial até o início do século XX. Atualmente, o número de produções científicas que estudam o racismo na sociedade brasileira demonstra um expressivo progresso.

Da mesma forma, é preciso identificar a utilidade do racismo ao sistema capitalista. Lélia Gonzalez, ao se apropriar do conceito de “massa marginal” de Marx e José Nun, explica que, o racismo é a chave para a hierarquização da formação de classes (Rios; Klein; 2022). Isso porque é através da discriminação racial que se organiza a divisão do trabalho, desde da distribuição de vagas e cargos até o impedimento de uma unidade da classe operária. Em

outras palavras, o racismo é benéfico para os donos dos meios de produção, que utilizam da discriminação racial para segregar as pessoas negras no ambiente de trabalho, como é similarmente favorável aos trabalhadores brancos - os quais são mais aceitos nas entrevistas de emprego. É possível compreender essa dinâmica similarmente por meio da explicitação da filósofa norte-americana Nancy Fraser:

“[...] as “diferenças” de gênero e de raça são produtos das dinâmicas de poder que designam indivíduos para posições estruturais na sociedade capitalista. [...] Embora a “diferença racial”, como compreendemos agora, possa ter algumas afinidades com formas anteriores de preconceito por cor, só tomou sua aparência supremacista branca moderna e imperialista no capitalismo, por meio da separação entre exploração e expropriação. Sem essas duas divisões e as formas de subjetivação que as acompanham, nem a dominação racial nem a de gênero existiriam de modo parecido com suas formas atuais” (Fraser; Jaeggi; 2020, pág. 8)

É necessário apontar que não há um consenso concreto acerca da questão econômica em consonância com o racismo. Isso porque Lélia acredita que a vivência dos negros não deve ser analisada exclusivamente a partir do prisma do capitalismo, bem como destaca que a superação desse sistema não significa o livramento do racismo como entidade de opressão. Logo, apesar de construir sua análise sobre a sociedade brasileira baseada no marxismo, a intelectual compreende as limitações teóricas da corrente (Rios; Klein; 2022).

Para a autora, o racismo latino-americano também pode ser chamado de “racismo por denegação”, uma vez que é um racismo disfarçado e que se esforça para manter os povos originários e os negros socialmente subordinados. É aqui que entende-se o desejo internalizado por muitas pessoas negras em embranquecer (Gonzalez, 1988). Lélia destaca que, diferentemente do racismo desenvolvido na África do Sul e nos Estados Unidos, que envolve uma segregação explícita, nas sociedades latino-americanas a coesão de uma identidade racial é mais complexa.

Em contraposição às formulações de Gilberto Freyre e Caio Prado Júnior acerca das relações sociais no Brasil, Lélia em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” ironiza o famoso mito da democracia racial no Brasil, uma vez que boa parte dos intelectuais na década de 30 e 40 afirmaram que não existiam conflitos raciais, como se o território fosse palco de uma sociedade que vivia em harmonia.

“Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, *quando se esforça*, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas...Nem parece preto” (Gonzalez, 2020, pág. 78).

Esse argumento de que as pessoas escravizadas não apresentavam resistência ao sistema é uma falácia, além de reafirmar a visão da historiografia tradicional que estabelece

uma relação dicotômica entre os dominadores e os escravizados. Há de se considerar as micro-resistências nesse debate, a fim de quebrar o estereótipo que caracteriza o escravizado como sujeito passivo à estrutura. Inúmeros comportamentos demonstram resistência: fugas, assassinatos, suicídios, formação de quilombos, revoltas, furtos, códigos e a prática de “corpo-mole” realizada durante o trabalho forçado (Machado, 2018).

O mito da democracia racial deve ser encarado como dominação ideológica (Rios; Klein; 2022). Isso porque esse é resultado do processo de colonização, molda o pensamento coletivo vigente e estimula o projeto da elite em embranquecer a cultura brasileira.

“[...] o colonialismo produziu a chamada inferioridade do colonizado que, uma vez derrotado e dominado, acaba por aceitar e internalizar essa ideia. O colonizador se sustenta no racismo para estruturar a colonização e justificar sua intervenção, pois, através da difusão ideológica da suposta superioridade do colonizador, sua ação é vista como benefício, e não como violência, o que resultou na alienação colonial, na construção mítica do colonizador e do colonizado, o primeiro retratado como herdeiro legítimo de valores civilizatórios universalistas e o segundo, como selvagem e primitivo, despossuído de legado merecedor de ser transmitido” (Cardoso, 2014, pág. 969).

Lélia, por sua vez, estuda a cultura e a formação social do Brasil a partir da mulher negra como sujeito histórico (Barreto, 2007). É a partir do mito da democracia racial que o debate sobre as vivências da mulher negra pode ser compreendido, uma vez que, segundo a autora, exerce uma violência simbólica sobre a categoria (Gonzalez, 1983).

O mito, no seu auge, adota a prática de endeusar a mulher negra durante o carnaval - sobretudo o seu corpo - para, posteriormente, torná-la empregada doméstica novamente. Isto é, o mito é responsável por colocar em prática o famoso ditado popular: “branca para casar/ mulata para fornicar/ negra para trabalhar”. Outrossim, a mulher negra no Brasil é tratada como objeto sexual, transformada em mercadoria aos turistas e ao comércio nacional (Gonzalez, 1988).

Durante a década de 1980, no Brasil, há um progresso a respeito de movimentos que reivindicam direitos. Se de um lado está o Movimento Negro Unificado, problematizando o negro na sociedade, e do outro, está o movimento feminista o qual conquista mais vagas e empregos às mulheres, quem luta pelo direito das mulheres negras? Para Grada Kilomba, a mulher negra é o *Outro do Outro* (Ribeiro, 2019), ou seja, ela não se encaixa nas prioridades de ambos os movimentos sociais, isso porque enquanto o MNU rejeita a participação das mulheres negras à frente do debate, o feminismo branco e ocidental despreza as necessidades da mulher negra enquanto sujeita.

O feminismo branco, como já abordado anteriormente, tem uma obsessão por universalizar a categoria “mulher”, isto é, toma-se às necessidades das mulheres brancas

como exclusivas, enquanto as mulheres negras e indígenas, por exemplo, são excluídas do debate. Sojourner Truth, em 1851, discursou na Convenção de Direitos das Mulheres nos Estados Unidos justamente sobre esse fetiche:

“[...] Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?” (TRUTH, 2014).

Da mesma forma, Sueli Carneiro teceu uma crítica similar acerca da invisibilização da mulher negra frente a mulher branca:

“Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas...Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar” (Carneiro, 2003, pág. 50-51).

E, por fim, é preciso retomar o pensamento articulado por Lélia Gonzalez em “Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher negra (1979)” e ressaltar que, há uma construção ao longo dos anos acerca do pensamento feminista negro, que começa no Brasil justamente com a autora e mantém reflexos nos dias atuais:

“Nesse sentido, o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. O discurso é predominantemente de esquerda, enfatizando a importância da luta junto ao empresariado, de denúncias e reivindicações específicas. Todavia, é impressionante o silêncio com relação à discriminação racial. Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a liberdade da mulher branca tem sido feita às custas da exploração da mulher negra” (Gonzalez, 2020, pág. 43).

O feminismo negro busca defender os apuros das mulheres negras a partir de uma abordagem interseccional, isto é, visualizar o sujeito - a mulher negra - por meio das diferentes opressões que permeiam sua vivência, como raça e classe. Não cabe aqui a universalização da categoria mulher, nem mesmo a hierarquização de opressões, mas um olhar capaz de detectar a mulher negra em sua pluralidade. Segundo Collins (2019), o pensamento feminista negro precisa ser vinculado às experiências vividas das mulheres negras. Isso porque o feminismo branco é, na verdade, prisioneiro do eurocentrismo em seus

discursos (Carneiro, 2003). Por fim, o feminismo negro, segundo Djamila Ribeiro, é sinônimo da ação de romper cisões em uma sociedade desigual:

“Tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fuçamos de análises ciclistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de ‘deixar viver ou deixar morrer’. A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito de ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida” (Ribeiro, 2019, pág. 42).

Da mesma forma que os homens militantes negros são vistos por Lélia, apesar de cúmplices da opressão sexual e da reprodução do papel subordinado da mulher negra, como indivíduos dos quais mantinham uma relação mais igualitária, pois compartilharam a experiência da África e da escravidão em comum (Viana, 2010). Dentro do movimento feminista, Lélia sabia que era vista como “criadora” de caso (*idem*, 2010) e ironiza seu apelido ao iniciar uma de suas produções mais conhecidas “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1983) com o texto “Cumé que a gente fica?”.

“Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente prá uma festa deles, dizendo que era prá gente também. Negócio de livro sobre a gente, a gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até prá sentar na mesa onde eles tavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu prá gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro criolêu da plateia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava prá abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a festa foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega prá cá, chega prá lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso. Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela prá responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa prá falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso prá bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava prá ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente prá festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Se tavam ali, na maior boa vontade, ensinando uma porção de coisa prá gente da gente? Teve uma hora que não deu prá aguentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu prá cima de um crioulo que tinha pegado no microfone prá falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...Agora, aqui prá nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes...Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é à toa que eles vivem dizendo que “preto quando não caga na entrada, caga na saída” (Gonzalez, 2020, pág. 75).

A violência sexual colonial, de acordo com Sueli Carneiro, é o cimento das opressões na estrutura da sociedade atual (Carneiro, 2013). Simultaneamente, bell hooks afirma que devido ao mesmo contexto escravista, as mulheres negras foram ligadas ao corpo e não ao

pensar (Ribeiro, 2019). Essas perspectivas estão intrinsecamente ligadas ao que Lélia Gonzalez relatava em seus textos: o entendimento de que a mulata é a principal mercadoria do Brasil. Portanto, encontra-se no feminismo afro-latino-americano, uma corrente que se propõe pensar na realidade das mulheres negras na América Latina e no Caribe. Dessa forma, a filósofa Sueli Carneiro, afirma que o feminismo negro precisa se articular no caráter multirracial e pluricultural (Carneiro, 2013).

Para além dessa noção, Lélia ainda afirma que o feminismo ocidental branco não pode enfatizar a dimensão racial. É possível identificar a influência da psicanálise no pensamento de Lélia a partir da adoção do termo *infans*, que está relacionado a invisibilidade da criança quando os adultos falam por essa. Da mesma forma, Lélia postulou que, de nada adiantaria, que as questões raciais fossem debatidas sem a presença ativa de mulheres negras (Gonzalez, 1988). Em verdade, as mulheres negras seriam infantilizadas e, conseqüentemente, excluídas do debate sobre suas próprias necessidades.

Atualmente, essa participação ativa, bem como o entendimento da experiência do grupo marginalizado como um todo, pode ser denominada por “lugar de fala”. As mulheres negras devem praticar a ação de autodefinição (Collins, 2016), caso contrário, os *Outros* irão defini-las. É por essa razão que Lélia afirmava que “negro tem que ter nome e sobrenome senão os brancos arranjam um apelido...ao gosto deles” (Bairros, 1994).

Em “A mulher negra na sociedade brasileira”(1982), Lélia realizou uma série de apontamentos que representam obstáculos na vivência das mulheres negras brasileiras. Primeiramente, analisa-se as exigências de fábricas das quais tinham o costume de recusar mulheres negras como trabalhadoras em seus espaços. Nessas vagas de emprego, as características “boa aparência” e “educação” mascaravam, na verdade, o racismo no mercado de trabalho, ao passo em que pessoas de cor eram mal vistas socialmente (Damasceno, 2013)

Em outro momento, Lélia comenta sobre a perseguição e repressão policial que homens negros vivenciam todos os dias, resultando majoritariamente, em perda e luto para muitas mulheres negras (irmãs, companheiras, mães desses). Os homens negros que não são mortos ou presos, não obtêm acesso a serviços formais. Isso reflete diretamente “nos ombros” de mulheres negras, que tornam-se as únicas fontes de renda de um lar (Barreto, 2005). Sem mencionar a dupla jornada de trabalho que precisam executar. A empregada doméstica, por sua vez, vive a internalização da diferença e da inferioridade diante desse contexto em que não se encaixa (Gonzalez, 1982).

[...] o alto índice de feminicídio de mulheres negras, a constatação de que as mulheres negras ainda são maioria no trabalho doméstico e terceirizado e tantos outros exemplos. O fato de ocuparem lugares de maior vulnerabilidade faz com que

certas medidas consideradas retrógradas atinjam esses grupos de maneira mais acintosa. A Reforma da Previdência, que caminha no Congresso sob a forma da proposta de Emenda Constitucional número 287, prevê aumentar o tempo de contribuição para 25 anos e a idade mínima para 65 anos para as mulheres. Essa medida não leva em consideração a divisão sexual do trabalho imposta em nossa sociedade. Vale dizer, pois mulheres ainda são aquelas moldadas para desempenhar o trabalho doméstico e obrigadas a serem as maiores responsáveis pela criação dos filhos. Mulheres, sobretudo, negras, partem de pontos diferentes e consequentemente desiguais. [...] Por conta da informalidade de uma relação descontínua no mercado de trabalho e, no caso das empregadas domésticas, de não terem seus direitos garantidos. Esse grupo historicamente sempre se viu à margem” (Ribeiro, 2019, pág. 64).

Quando essas mulheres negras não trabalham como funcionárias de famílias ricas, trabalham em serviços de baixa remuneração, como mercados, escolas ou hospitais (Gonzalez, 1982). Lélia afirma que a profissão destinada às mulheres negras se divide dessa forma: a doméstica e a mulata. A mulata, no que lhe concerne, realiza uma exibição de seu corpo, com pouquíssima roupa, e representa, mais uma vez, a concretização da democracia racial como um mito:

“Sem se perceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da ‘democracia racial brasileira’; afinal, são tão bonitas e tão admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista ‘preta para trabalhar, mulata para fornicar e branca para casar’. A origem de tal ‘profissão’ se encontra no processo de comercialização e distorção (para fins não apenas ideológicos) de uma das mais belas expressões populares da cultura negra brasileira: as escolas de samba” (Gonzalez, 2020, pág. 59).

Ademais, para finalizar, é preciso discutir acerca do papel da educação na vida de pessoas negras. Lélia, uma pessoa que teve a oportunidade de ascender socialmente devido aos estudos, relatava em suas produções a importância da escolaridade. A autora realiza uma breve elucidação sobre alguns problemas de aprendizagem que crianças negras demonstram em seus anos escolares.

“[...] ou então quando tem [as mulheres negras] de ir às ‘reuniões de pais’ nas escolas públicas, a fim de ouvir as queixas das professoras quanto aos problemas ‘psicológicos’ de seus filhos, que apresentam um comportamento ‘desajustado’ que os torna ‘dispersivos’ ou incapazes de ‘bom rendimento escolar’” (Gonzalez, 2020, pág. 58).

Esses ditos “problemas na aprendizagem” nada mais são do que reflexo de uma autoridade colonialista (por parte desses professores), bem como em uma explícita falha da educação pública no Brasil, ao não incluir as demandas de crianças e jovens negros dos quais ficam invisíveis em sala de aula (hooks, 2017). Na medida em que as questões raciais e sociais não são discutidas, os estudantes não se veem na educação. Porque a educação moldada nas metodologias tradicionais não se esforçam em realizar uma ligação entre o conteúdo a ser compreendido e a vivência global desses (*idem*, 2017).

3. AS UTILIZAÇÕES DAS ABORDAGENS DE LÉLIA EM OUTROS ESCRITOS

Visando compreender como os escritos, estudos e diálogos de Lélia Gonzalez são utilizados por outros(as) pesquisadores(as), este estudo apresenta um levantamento do estado da arte sobre as abordagens. Para composição da revisão bibliográfica, foi realizada uma busca no site de Bases de dados da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Na busca utilizamos a palavra “Lélia”.

Nessa pesquisa foram encontrados 167 resultados, dos quais são pesquisas que estão relacionadas com o nome de Lélia Gonzalez, sendo que apenas 8 são da área de história - a maioria dos resultados é da área de Letras. Nesse sentido, foi construído as seguintes análises das dissertações de história, uma vez que o interesse é por essa área e conhecimento:

Quadro 1 - Levantamento bibliográfico.

Título da Dissertação	Autor(a)	Ano
A IDIOSSINCRASIA DA COR: NARRATIVAS DE INTELLECTUAIS NEGRAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.	Teixeira Patricia Alves	2020
“Estou pensando sempre em fazer a vontade dos outros, mas os outros não pensam nunca em fazer a minha vontade”: a trabalhadora doméstica negra em Lygia Fagundes Telles (1965-1989)	Diego Amorim Novaes	2020
A COR E O CORPO: UMA HISTÓRIA FEMINISTA DO SAMBA E DO CARNAVAL NO RIO DE JANEIRO	Maria Clara Martins Cavalcanti	2021
TRAJETÓRIAS AUSENTES: UM ESTUDO SOBRE INTELLECTUAIS NEGRAS COMO FERRAMENTA PARA UM ENSINO DECOLONIAL, ANTIRRACISTA E ANTISSEXISTA	Francidéia Gomes Sousa de Carvalho	2022
HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DO ENSINO FUNDAMENTAL (2017-2019)	Weberly Diane Vieira Vitorino Ribeiro	2022
“DO CERNE DE SUAS FRAGILIDADES BROTARÁ A SUA FORÇA”: NARRANDO A TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS INSPIRADORAS	Iris Barbosa da Silva	2022
MINHA RE) EXISTÊNCIA É VOZ! Ensino de história e escritas de mulheres negras: Oficinas pedagógicas com o romance “Um defeito de cor”	Deise Karla Santana Pinho	2022
“CLARA DOS ANJOS”: AULAS-OFFICINAS DE HISTÓRIA E LITERATURA PARA RESSIGNIFICAÇÃO POSITIVA DA MULHER NEGRA NO TEMPO PRESENTE	Flavio Sousa de Jesus	2023

Fonte: Base de Dados da CAPES

A primeira questão a ser analisada é a de qual maneira as dissertações foram defendidas recentemente, o que é que chama a atenção para a dimensão da implicação cultural

e política dos últimos anos, com enfoque nas reflexões sobre o combate ao racismo, a xenofobia e ao sexismo.

A dissertação *“A idiossincrasia da cor: Narrativas de intelectuais negras no Brasil Contemporâneo”* (2020), de Teixeira Patricia Alves, defendida no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), tem por objetivo compreender o movimento do feminismo negro a partir da narrativa de sete intelectuais negras brasileiras: Angélica Basthi, Angela Figueiredo, Claudia Pons Cardoso, Cleusa Caldeira, Maria Izabel Assis, Nirlene Nepomuceno e Sonia Gomez. Foram realizadas entrevistas, logo, a pesquisa se baseia na história oral a fim de estabelecer relações entre as vivências dessas mulheres, de forma a analisar a superação do racismo e sexismo como ferramenta a uma ascensão intelectual, política, econômica e social.

Lélia Gonzalez, dessa forma, aparece para contribuir com o debate teórico, especialmente no que diz respeito ao feminismo negro. Teixeira Alves evidencia, pela primeira vez, Lélia Gonzalez ao tecer uma análise sobre a crítica a universalização da categoria “mulher” - que tanto Gonzalez e Beatriz Nascimento combateram. A autora também apoia-se na pesquisa que Claudia Pons (2014) realizou sobre Lélia. Nessa perspectiva, Gonzalez é descrita como a pioneira das críticas ao feminismo hegemônico e na proposição da descolonização do saber. Essa mesma autora aparece constantemente na pesquisa ao tratar de Lélia.

Teixeira volta a citar Lélia novamente ao expor o processo de “tornar-se negra” e escreve que esse processo acontece a partir da ressignificação, resistência, autodefinição, valorização e recuperação da história e cultura negra. Lélia Gonzalez é descrita como “a pioneira do feminismo negro no Brasil e militante do Movimento Negro” (Alves, 2020). Similarmente, aponta a defesa de Lélia Gonzalez em almejar “um feminismo formado às lutas das mulheres negras”, para que homens e mulheres negras, por compartilharem o mesmo histórico da escravidão, colaborassem dentro dos coletivos de cor e respeitassem os respectivos seguimentos de luta (idem, 2020).

A autora destaca também outro estudo sobre Lélia Gonzalez, por Schumacher (2007), em que a produção intelectual da mesma e sua militância, “tornou-se referência obrigatória desde os primeiros debates”. É importante destacar o “marca-texto amarelo” que a pesquisa apresenta, ou seja, o que foi considerado relevante pela autora. Teixeira aponta o destaque ao movimento da intelectualidade acadêmica, fator que Lélia tanto aborda em seus estudos: a

necessidade de debates raciais e sociais estarem presentes dentro da sala de aula e a importância que os estudos obtêm na vida dessas mulheres negras.

Posteriormente, é ressaltado o pontapé que Lélia foi para Sueli Carneiro. Isso demonstra não somente o pioneirismo de Lélia, como também a influência que a intelectual obteve e ainda obtêm nas produções que estudam o feminismo negro. A figura de Lélia também aparece quando Teixeira evidencia a mesma como uma das primeiras mulheres negras do país a escrever em um jornal com bastante notoriedade: *O Pasquim*. A autora realiza uma breve descrição da biografia de Lélia para a compreensão do desenvolvimento de sua militância e produção: afinal, quem é Lélia?

Por fim, Teixeira utiliza muito mais produções que objetivam estudar Lélia e seus pensamentos - como os trabalhos de Claudia Pons -, do que propriamente o que Lélia tem a dizer. Seu artigo “*Racismo e sexismo na cultura brasileira*” (1983) é elencado nas referências bibliográficas.

Em seguida, a dissertação “*Estou pensando sempre em fazer a vontade dos outros, mas os outros não pensam nunca em fazer a minha vontade*”: a trabalhadora doméstica negra em Lygia Fagundes Telles (1965-1989)” (2020), de Diego Amorim Novaes, defendida no programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), tem por finalidade investigar as personagens empregadas domésticas nas obras de Lygia Fernandes Telles. E Lélia Gonzalez aparece na pesquisa como figura principal para o embasamento teórico e para compreensão do apagamento do conflito racial no Brasil, bem como a desvalorização do feminino. Segundo o próprio autor:

“Outra intelectual que sustentou nosso trabalho foi Lélia Gonzalez. Sem ela teria sido impossível compreender o lugar que a mulher negra ocupa no Brasil contemporâneo. Seus escritos foram essenciais para nos apontar a permanência da categoria do emprego doméstico da escravidão até os dias atuais e do engendramento das imagens de controle sobre a mulher negra” (Novaes, 2020, p. 87).

A influência da produção de Lélia aparece nas primeiras vezes de forma a analisar o trabalho doméstico no Brasil, a partir de uma perspectiva feminista-marxista. O autor entende que o trabalho doméstico foi incorporado pelo sistema capitalista, logo, perpetuando a experiência econômica durante a escravidão. Diego cita Lélia Gonzalez ao abordar que essa preservação configura-se em evidências claras do diálogo com o regime escravocrata que a atualidade mantém com as mulheres negras e pardas (majoritárias no trabalho doméstico). O autor apoia-se em Lélia e em outras intelectuais negras, similarmente, quando analisado a historiografia da família negra e suas experiências nas Américas.

Ao decorrer da pesquisa, foi detectado que os personagens negros apareciam na figura e papel de mãe. Outra vez, a influência do trabalho de Lélia aparece. Uma vez que, em 1980, Lélia apontou que “o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucana”. Além disso, seu pensamento acerca das relações sociais durante o período da colônia até o atual momento também fazem-se presentes. Lélia explica que as mulheres negras não serviram, durante a escravidão, para serem assumidas em relacionamentos amorosos. Esse comportamento na atualidade pode ser detectado no desejo obsessivo pelo corpo negro: expressos concretamente no assédio à empregada doméstica e durante o carnaval.

A intelectual Gonzalez volta a ser referenciada quando analisado o papel da mãe-preta no mito da democracia racial. Por sua vez, Diego Novaes reitera o pensamento da intelectual que consiste em detectar a existência de uma segregação racial implícita no Brasil. Posteriormente, o mesmo realiza uma breve descrição acerca de Lélia e reafirma que esta é “grande referência no nosso trabalho” (Novaes, 2020). O autor ressalta o diálogo com Gilberto Freyre e as críticas precisas a Caio Prado Júnior por Lélia Gonzalez. É necessário destacar que Lélia transforma a imagem da mulher negra para colocá-la no centro da cultura brasileira. Por fim, os textos referenciados de Lélia são “*A categoria político-cultural da Amefricanidade*” (1988) e “*Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira*” (1983).

Seguidamente, a pesquisa “*Trajetórias ausentes: um estudo sobre intelectuais negras como ferramenta para o ensino decolonial, antirracista e antissexista*” (2022), de Francidéia Gomes Souza de Carvalho, defendida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, na Universidade Estadual do Piauí (UNESPI), tem por objetivo investigar as contribuições do feminismo negro ao combate do racismo e sexismo no “chão” da escola. A pesquisa obteve enfoque a partir dos anos de 1970, período em que diversas transformações sociais aconteceram no Brasil. Além disso, a autora também realiza a formulação de um material didático para professores, de maneira que o ensino seja descolonizado. Por conseguinte, Lélia aparece nas palavras-chaves da investigação, isso porque a autora buscou analisar similarmente o Movimento Negro.

Lélia, por sua vez, é ressaltada em toda a pesquisa, especialmente sua trajetória política e intelectual. É necessário apontar que Lélia é como um norte, para Francidéia Carvalho, dos conhecimentos produzidos pelo Feminismo Negro. Para Carvalho, isso representa o comprometimento com o combate a invisibilidade de intelectuais negros e negras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento (De Carvalho, 2022). Posto isso, a autora aponta

que o ensino de história no Brasil demonstra ser reprodutor de ideologias eurocêntricas que não cabem à realidade brasileira, nem aos interesses e demandas dos respectivos estudantes.

Contém na pesquisa uma breve biografia de Lélia, para a compreensão da construção de sua própria identidade, bem como de suas produções científicas. A autora relaciona a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) com as análises de Lélia.

No trabalho, existem diversos apontamentos que Lélia articulou em suas pesquisas: críticas ao feminismo hegemônico, a aproximação de mulheres negras com o Movimento Negro, denúncia da ausência de materiais estudados sobre negros nos livros didáticos, bem como a maneira estereotipada em que as mulheres negras são retratadas nesses livros, o impacto do embranquecimento na vida de pessoas negras e na própria vivência de Lélia, o papel do Nzinga e a relevância que o grupo apresentou à mobilização de luta, formulação do conceito de amefricanidade, do “pretuguês”, enfrentamento da linguagem acadêmica, racismo por omissão, criação de um feminismo afro-latino-americano e, por fim, destaque na figura da mãe-preta para o entendimento do protagonismo de mulheres negras na cultura brasileira.

Segundo Francidéia Carvalho, é necessário estudar Lélia para estimular o combate ao racismo e sexismo no Brasil:

“Estudar a trajetória de intelectuais negras como Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento e suas contribuições para a luta contra o racismo e o sexismo é poder atender essas demandas sociais e ao mesmo tempo se contrapor a um modelo de educação retrógrado e colonizado que não contempla as várias identidades e vivências. Estudar essas duas mulheres invisibilizadas é contribuir para que a potência de suas obras seja conhecida e possibilitar que nossos alunos e alunas estilhacem a máscara do silêncio, como defende Conceição Evaristo, e se tornem uma voz ativa contra toda e qualquer forma de discriminação” (Carvalho, 2022, p. 47).

A autora aponta que valorizar essas produções intelectuais é uma forma de descolonizar, não somente os currículos escolares e o ensino de história, mas também o pensamento coletivo da sociedade. Francidéia, ao articular sua pesquisa acerca da invisibilização dessas mulheres negras, cita Sueli Carneiro e o termo epistemicídio.

“[...] o epistemicídio é, para além da anulação e desqualificação do conhecimento dos povos subjugados, um processo persistente de produção da indigência cultural: pela negação ao acesso a educação, sobretudo de qualidade; pela produção da inferiorização intelectual; pelos diferentes mecanismos de deslegitimação do negro como portador e produtor de conhecimento e de rebaixamento da capacidade cognitiva pela carência material e/ou pelo comprometimento da autoestima pelos processos de discriminação correntes no processo educativo. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

Encontra-se nessa pesquisa, então, a resposta para a invisibilização de mulheres negras intelectuais como Lélia Gonzalez. A razão pela qual suas produções científicas não são

valorizadas nem referenciadas em pesquisas que abordam racismo, história do Brasil, relação étnico-racial.

“Dois exemplos marcantes de epistemicídio em nosso meio são dados pela ausência da produção teórica de Beatriz Nascimento e de Lélia Gonzalez e pelos processos formativos dos estudantes da Educação Básica e Superior. Ao apresentarmos os seus itinerários políticos e intelectuais estamos praticando o exercício de lembrarmos delas, de nomeá-las e dessa forma nos contrapormos ao processo histórico do qual foram vítimas” (Carvalho, 2022, p. 49).

Em conclusão, a autora em questão deixa claro a busca constante pelo pensamento de Lélia Gonzalez, amostra disso está nas referências bibliográficas da pesquisa. Os textos de Lélia referenciados são: A categoria político-cultural da amefricanidade (1988); A mulher negra na sociedade brasileira (1982); Mulherio (1982); Mulher negra (1981); Por um feminismo afro-latino-americano (2020); Racismo e sexismo na cultura brasileira (1984); Lugar de negro (1982).

A seguir, a dissertação “*‘Clara dos Anjos’: aulas-oficinas de história e literatura para ressignificação positiva da mulher negra no tempo presente*” (2023), de Flavio Souza de Jesus, defendida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, na Universidade Federal de Amapá, tem o propósito de ressignificar as figuras femininas negras na literatura, bem como a aplicabilidade da lei 10.639, a qual estabelece a obrigatoriedade do ensino e cultura afro-brasileira nas escolas regulares. O autor Flavio de Jesus (2023) referencia Lélia como precursora do movimento feminista e negro no Brasil, ademais, o autor considera as contribuições da intelectual como essenciais para o ensino de história (idem, 2023).

Na pesquisa, encontra-se vários apontamentos que Lélia orquestrou em suas pesquisa: crítica ao mito da democracia racial e ao estabelecimento de uma suposta harmonia racial, análise da mulher negra - mulata, doméstica e mãe-preta -, a linguagem adotada em seus textos que visava democratizar seus pensamento com maior entendimento, bem como a importância do pretuguês à cultura brasileira, a necessidade em olhar para mulheres negras a partir da triplice discriminação (interseccionalidade), a relevância em adotar um ensino decolonial nas escolas, a fim de ressignificar a imagem da mulher negra, a categoria de amefricanidade e o racismo por omissão.

Este trabalho faz referência às contribuições de Lélia, especialmente o artigo denominado “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984) e ao livro organizado em 2018, chamado “A primavera para rosas negras: Lélia Gonzalez em primeira pessoa”.

Seguidamente, a dissertação “*História das mulheres negras nos livros didáticos de história do ensino fundamental (2017-2019)*” (2022), de Weberly Diane Vieira Violino

Ribeiro, defendida no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, na Universidade do Estado de Mato Grosso, tem o intuito de construir uma análise acerca da maneira em que as mulheres negras foram retratadas nos livros didáticos. A autora utiliza da perspectiva teórica de Lélia Gonzalez para tal.

Portanto, Lélia é referenciada quando a autora investiga a “mulata” como produto de exportação, na verdade, uma imagem do Brasil exportada ao exterior. A imagem da exploração de mulheres negras brasileiras representa o fetiche masculino - obsessivo - de seus corpos. E Lélia em seus escritos já deixou perfeitamente claro a razão desse processo.

“A profissão de mulata é exercida por jovens negras que, num processo extremo de alienação imposto pelo sistema, submetem-se à exposição de seus corpos (com o mínimo de roupa possível), através do “rebolado”, para o deleite do voyeurismo dos turistas e dos representantes da burguesia nacional. Sem se perceberem, elas são manipuladas, não só como objetos sexuais mas como provas concretas da “democracia racial” brasileira; afinal, são tão bonitas e admiradas! Não se apercebem de que constituem uma nova interpretação do velho ditado racista ‘Preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar’” (Gonzalez, 2020, p. 59).

A intelectual aparece, similarmente, como pioneira do movimento das mulheres negras no Brasil, ao passo em que a própria autora Weberly Ribeiro destaca a importância em compreender Lélia para explicar a história de protagonistas que foram silenciadas e apagadas ao longo da história. A figura da empregada doméstica também é analisada, ao passo em que sua função é servir ao outro. Além disso, a necessidade de um feminismo afro-latino-americano, a urgência da concretização de um ensino decolonial são expostas a partir das contribuições de Lélia. Por último há, novamente, referência ao texto “A mulher negra na sociedade brasileira” (1982) e “Por um feminismo afro-latino-americano” (1988).

Posteriormente, o trabalho “*Do cerne de suas fragilidades brotará a sua força’: narrando a trajetória de mulheres negras inspiradoras*” (2022), por Iris Barbosa da Silva, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), tem por finalidade relacionar as mulheres negras na história e analisar como o ensino contribui para a autodefinição étnico-racial de meninas negras. Como anteriormente, Lélia Gonzalez aparece como fundamentação teórica do estudo. Para a autora, Lélia é “uma defensora ferrenha do amefricanismo como identidade nacional” (Da Silva, 2022). Diferentemente das demais dissertações, essa pesquisa destaca a figura de Lélia como ativista e militante dos movimentos sociais, demonstrando sua atuação e organização coletiva no combate contra o racismo. É preciso destacar a crítica à academia, que invisibiliza a ampliação dos pensamentos de intelectuais negras, realizada pela autora:

“Esse desprezo é a personificação do racismo e sexismo institucionais, que por tantos anos reproduziu os cânones ocidentais e até hoje dificulta o reconhecimento das mulheres negras enquanto intelectuais, por isso, também no circuito

universitário e científico, são recorrentes as práticas epistêmicas” (Da Silva, 2022, p. 105).

Alguns fatores como a interseccionalidade nas pesquisas de Lélia, seus apontamentos acerca do caráter revolucionário das coletividades e movimentos negros ao longo da história, a pluralidade de vivências dentro dessas organizações, a mulher negra e a esfera ao seu redor caracterizado por um simbolismo colonial, amefricanidade, a neurose cultura brasileira permeada para mascarar o racismo e as análises dos precedentes anteriores ao Movimento Negro Unificado são bases da dissertação em questão. A autora dialoga com Lélia à medida em que critica os pensadores que desejam estudar as vivências de pessoas negras a partir, exclusivamente, do viés social.

A presente pesquisa, *“A cor e o corpo: uma história feminista do samba e do carnaval no Rio de Janeiro”* (2021), de Maria Clara Martins Cavalcanti, no Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Estadual de Campinas, analisa as disputas nas produções musicais e na história do samba, além de fazer um diálogo com as reflexões construídas pelo feminismo e referenciar Lélia Gonzalez como fundamentação teórica e crítica feminista para tal. Primeiramente, a autora destaca a denúncia do mito da democracia racial, tão amplamente discutida por Lélia em seus textos, uma vez que esse mito tem por finalidade mascarar o racismo existente e permeado nas estruturas do Brasil.

Em seguida, a miscigenação é problematizada seguindo a mesma perspectiva de Lélia: uma mistura de raças que se sucedeu a partir de violências sexuais sofridas por mulheres de cor durante o Brasil Colônia. Isso significa, similarmente, as imagens de controle que permeiam a realidade atual, como também a naturalização das violências que mulheres negras passaram e ainda vivenciam. A temática “carnaval” da pesquisa também é investigada à luz dos pensamentos de Lélia, uma vez que Mariana Cavalcanti elenca que o carnaval é a própria encarnação desse mito. Outrossim, a imagem da empregada doméstica e a problematização acerca de, supostamente, ser a única qualificação profissional das mulheres negras (Cavalcanti, 2021).

E, por fim, a pesquisa *“MINHA RE) EXISTÊNCIA É VOZ! Ensino de história e escrevivências de mulheres negras: Oficinas pedagógicas com o romance ‘Um defeito de cor’”* (2022), de Deise Karla Santana Pinho, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), pretende elaborar e discutir os textos literários de autoria feminista e negra no ensino, elecando Lélia como fundamentação teórica ao debate. A autora organizou uma análise acerca do processo de

miscigenação, à luz de Lélia, enfocando especialmente a vulnerabilidade dos corpos negros durante a colonização. É preciso ressaltar a reflexão que a própria autora traz em sua pesquisa:

“[...] quero sublinhar o que este meu incômodo parece descortinar; a ideia naturalizada e materializada tanto no uso da linguagem, quanto na construção da narrativa histórica e historiográfica que apenas “os homens” constituem-se como sujeitos históricos. Nessa perspectiva, são vozes masculinas e brancas que fizeram/fazem, narram e escrevem a história. E nós mulheres, melhor dizendo, nós mulheres negras, qual o nosso espaço neste discurso? Lélia Gonzalez diria: “Cumé que a gente fica?” A dimensão condicionante da estrutura social que opera a séculos no silenciamento, objetificação e apagamento das narrativas femininas emergiu e me incomodou. Entre muitas reflexões importantes, Marc Bloch nos lembra que “a história é filha do seu tempo”, a caminhada feita durante a construção deste trabalho me fez compreender que temos direito às nossas vozes e que não aceitamos mais uma história que quer nos silenciar. Nossas histórias serão contadas, e por nós mesmas” (Pinho, 2022, p. 40).

A pesquisadora elenca, similarmente que, as formas de opressão são resignificadas pelas mulheres negras. Ou seja, na verdade, essas mulheres apresentam formas de existência que resistem ao racismo e sexismo do sistema. Além disso, a mesma busca em Lélia a compreensão da história do Brasil e as respectivas representações das mulheres negras ao longo dos anos. As reflexões de Lélia são claras quando termos como “amefricanidade” e “descolonização da educação” se manifestam.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, pontuou-se em analisar a história de Lélia Gonzalez, seus trabalhos acadêmicos, seu papel como ativista política, bem como a influência que essa mulher negra obtém atualmente para a compreensão de questões raciais, de classes e de gênero, essenciais ao entendimento das estruturas de opressões enraizadas na sociedade brasileira.

Ao analisar as produções científicas pelo estado da arte, percebeu-se que existe uma invisibilização de Lélia em algumas áreas de conhecimento. Uma vez que, apenas 8 dissertações da área de história apropriam-se, de certa forma, da interpretação que a intelectual desenvolveu durante a sua vida. Além disso, é necessário afirmar que essa invisibilidade não é inconsciente. Na verdade, faz parte de um complexo racista, responsável por se empenhar em apagar a participação e vivência de muitas mulheres negras brasileiras que articulam-se para combater as desigualdades no Brasil.

Sueli Carneiro, por sua vez, explica que esse movimento tem nome: epistemicídio (Carneiro, 2005). Brevemente, é o sistema impedindo a notoriedade de pessoas que fazem parte de um grupo marginalizado. E nesse sentido, as instituições as quais deveriam oferecer assistência a esses grupos, como educação e saúde, são desvalorizadas e carecem de recursos.

Outrossim, para realizar uma análise sobre o Brasil e suas respectivas problemáticas, é preciso olhar para o país, para seus habitantes que estão produzindo - ou produziram - interpretações sobre essa realidade. Dessa forma, como Lélia Gonzalez já afirmava na década de 80, combate-se o imperialismo ideológico, a fim de quebrar o comportamento contínuo em olhar para os Estados Unidos e, apenas, importar as ideologias e os termos em questão. Pensadoras como Lélia, Sueli Carneiro, Djamilla Ribeiro, Beatriz Nascimento e Carolina Maria de Jesus realizaram uma série de estudos e perspectivas para que a sociedade brasileira, enfim, compreendesse a realidade das mulheres negras e desfrutasse desses conhecimentos para a continuidade de novas pesquisas que envolvem essas sujeitas.

Em conclusão, a repercussão dessas discussões deve chegar às salas de aula, uma vez que é a partir da formação decolonial de crianças e adolescentes que o racismo e o sexismo começam a ser combatidos. Ainda que exista uma lei que estabelece a obrigatoriedade do ensino e cultura afro-brasileira e africana nas escolas (Lei nº 10.639 de 2003), os livros didáticos, os professores e o ensino superior o qual forma esses profissionais, carecem de uma revisão atual, que insira os interesses que os educandos levam ao “chão da escola” e que combata estereótipos em torno da população negra-africana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Patricia Teixeira. **A idiossincrasia da cor: narrativas de intelectuais negras no Brasil contemporâneo**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do INstituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 2020.
- BAIRROS, Luiza. **Lembrando Lélia Gonzalez 1935-1994**. Afro-Ásia, n. 23, p. 0, 1999.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Aquela negrinha atrevida: Lélia Gonzalez e o movimento negro brasileiro**. Revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. Mestrado em História (Dissertação). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.
- BRIOSCHI, L. R.; TRIGO, M. H. B. **Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas**. Revista Ciência e Cultura, Campinas, SP, v. 39, n. 7,
- CAVALCANTI, Maria Clara Martins. **A cor e o corpo: uma história feminista do samba e do carnaval no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação do Departamento de História do INstituto de Filosofia e Ciências Humanas - Universidade Estadual de Campinas, 2021.
- CARDOSO, Claudia Pons. **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Revista Estudos Feministas, v. 22, p. 965-986, 2014.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. In: ASHOKA EMPREENDEDORES SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Sociedade e Estado, v. 31, p. 99-127, 2016.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Boitempo editorial, 2019.
- DAMASCENO, Caetana Maria. **“Cor” e “boa aparência” no mundo do trabalho doméstico: problemas de pesquisa da curta à longa duração**. Anais do 17º Simpósio Nacional de História, Natal, RN. Recuperado de http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364682879_ARQUIVO_2013_TEXTOanpuh_CaetanaDamasceno.pdf, 2013.
- DA SILVA, Ana Paula Procopio. **Resistências negras e amefricanidade: diálogos entre Clóvis Moura e Lélia Gonzalez para o debate antirracista das relações de classe na América Latina**. Revista Fim do Mundo, nº 4, jan/abr 2021.
- DA SILVA, Íris Barbosa. **“Do cerne de suas fragilidades brotará a sua força”**: Narrando a trajetória de mulheres negras inspiradoras. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ensino de História - Universidade Federal de Pernambuco, 2022.
- DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia**. Petrópolis, Vozes (4ª ed.), 1984.
- DE CARVALHO, Francidéia Gomes Sousa. **Trajetórias ausentes: Um estudo sobre intelectuais negras como ferramenta para um ensino decolonial, antirracista e antissexista**. Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Universidade Estadual do Piauí, 2022.
- DE JESUS, Flavio Souza. **“Clara dos Anjos”**: aulas-oficinas de história e literatura para ressignificação positiva da mulher negra no tempo presente. Dissertação de Mestrado.

Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Universidade Federal de Amapá, 2023.

DE MIRANDA, Júlia. Lélia Gonzalez: filósofa negra e a representatividade. Elástica, 2020. Disponível em:

<https://elastica.abril.com.br/especiais/lelia-gonzalez-filosofa-negra-representatividade/>.

Acesso em: 10 maio 2023.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica. Boitempo Editorial, 2020.

GARRIDO, Mírian Cristina de Moura. Atuação militante de Lélia Gonzalez na discussão da Constituição Federal de 1988. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 435 - 463, jul./set. 2018.

GOMES, Ana Cecília de Barros. Colonialidade na academia jurídica brasileira: uma leitura decolonial em perspectiva américane. Rio de Janeiro, 31 de Maio de 2019.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Graal, p. 87-106, 1982.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político cultural de amefricanidade. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92-3, pp. 69-81, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada, n. 8º, p. 223-244, 1979.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: um novo estágio na mobilização política negra. Por um feminismo afro-latino-americano, p. 112-126, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Ciências sociais hoje, Brasília: Anpocs, n. 2, pp. 223-44, 1983.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

KLEIN, Herbert S; VINSON, Ben. Escravidão africana na América Latina e Caribe. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

MACHADO, Maria Helena PT. Crime e escravidão: trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas (1830-1888). 2. ed. São Paulo, SP. Edusp, 2018.

MOURA, Clóvis. Dicionário da escravidão negra no Brasil. Edusp, 2004.

NOVAES, Diego Amorim et al. “Estou pensando sempre em fazer a vontade dos outros, mas os outros não pensam nunca em fazer a minha vontade”: a trabalhadora doméstica negra em Lygia Fagundes Telles (1965-1989). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História - Universidade Federal da Paraíba, 2020.

PINHO, Deise K. Santana. MINHA RE) EXISTÊNCIA É VOZ! Ensino de história e escrituras de mulheres negras: Oficinas pedagógicas com o romance ‘Um defeito de cor’. 202f. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História – Mestrado Profissional, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2022.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista estudos históricos, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RIBEIRO, Djamilla. Lugar de fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Werbely Diane Vieira Vitorino. Histórias das mulheres negras nos livros didáticos de história do ensino fundamental (2017-2019). Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História - Universidade do Estado de Mato Grosso, 2022.

RIOS, Flavia; KLEIN, Stefan. Lélia Gonzalez, uma teórica crítica do social. Sociedade e Estado, v. 37, p. 809-833, 2022.

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?** 2014 [http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.h8jBXJA - acesso em 23 nov. 2016].

VIANA, Elizabeth do Espírito Santo. **Lélia Gonzalez e outras mulheres:** Pensamento feminista negro, antirracismo e antissexismo. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), v. 1, n. 1, p. 52-63, 2010.